



ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS EM MUSEUS: UM ESTUDO DE CASO NO MUSEU DA FOTOGRAFIA DE FORTALEZA

RAPOSO, Gabriel de Oliveira (1);

FAÇANHA, Iza Vitória Teixeira (2);

SILVA, Viviane Sousa (3)

(1) UniFanor, graduando em Arquitetura e Urbanismo

e-mail: gabrielraposo.arq@gmail.com

(2) UniFanor, graduanda em Arquitetura e Urbanismo

e-mail: izavictoria4@gmail.com

(3) UniFanor, graduanda em Arquitetura e Urbanismo

e-mail: vivianesousa_silva@hotmail.com

RESUMO

O conteúdo a seguir é resultado de um estudo de caso no qual o Museu da Fotografia de Fortaleza foi avaliado com o objetivo de analisar a acessibilidade direcionada para pessoas com deficiência visual. A avaliação do espaço foi realizada através de visitas exploratórias e do Método do Passeio acompanhado, no qual um voluntário vivenciou o espaço em questão e posteriormente relatou sua experiência. Desse modo, foi possível detectar aspectos positivos e negativos para posterior reflexão e debate, sempre objetivando oferecer as melhores condições de utilização para todos.

Palavras chave: museu; acessibilidade; deficiente visual.

ABSTRACT

The content to proceed is resulted of a case study in which the Museum of the Picture of Fortaleza was evaluated with the objective of analyzing the accessibility addressed for people with visual deficiency. The evaluation of the space was accomplished through exploratory visits and of the Method of the Simulated Walk, in which a volunteer lived the space in subject and later he told his/her experience. This way, was possible to detect positive and negative aspects for subsequent reflection and debate, always aiming at to offer the best use conditions for all.

Keywords: museum; accessibility; visually impaired.

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura é o meio pelo qual os espaços são organizados e projetados de modo que ofereçam conforto e boas condições de utilização. Vários aspectos são considerados nas fases de um projeto arquitetônico. Durante o processo de concepção, os requisitos técnicos, o conhecimento do profissional e as necessidades dos futuros usuários devem ser pensados juntamente, de modo que proporcionem ambientes adequados que possam ser utilizados com autonomia por qualquer pessoa.

O museu é um local destinado a abrigar obras de arte para exposição ao público, ou seja, trata-se de um espaço que recebe vários tipos de espectadores. Desse modo, deve estar preparado para receber pessoas com limitações, sejam elas físicas, psicológicas ou anatômicas. Em dezembro de 2011, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) apresentou o volume 1 dos Cadernos Museológicos, direcionado ao tema da Segurança em Museus,



mostrando a necessidade de se proteger e zelar de maneira adequada o patrimônio museológico brasileiro. Pode-se afirmar que essa preservação se fundamenta na comunicação, na interação entre os meios. Desse modo, mais do que preservar, é necessário garantir o acesso ao patrimônio museológico, acessibilidade como um direito do cidadão. Nesse contexto, o volume 2 dos Cadernos Museológicos foi lançado com uma abordagem criativa sobre acessibilidade em museus.

Há muitos museus com aspectos acessíveis. Porém, na maioria das vezes a acessibilidade é pensada somente para pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida, deixando de lado os outros tipos de deficiência que podem interferir na vivência desse tipo de espaço. O tipo de deficiência que mais atinge os brasileiros é a visual, que pode ser falta parcial ou total da visão. O objetivo deste artigo é fazer uma avaliação da acessibilidade do local a partir de visitas exploratórias e do Método do Passeio Acompanhado, considerando como foco principal a deficiência visual. Através dessas experiências foram destacados os aspectos positivos e negativos, objetivando sempre oferecer as melhores condições de utilização possíveis para deficientes visuais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Museus, acessibilidade e deficiência visual

Museu é um local destinado a abrigar e expor objetos de interesse artístico, cultural, histórico, científico, dentre outros. Consagrando-se à investigação, à conservação e à exposição de coleções que possuem um valor cultural. Geralmente são administrados por instituições sem fins lucrativos que buscam propagar os conhecimentos humanos. Segundo a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, “Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.”

De acordo com o historiador Jacques Le Goff (1924-2014), “os museus são formados no bojo de um movimento de expansão da memória, com a qual contribuem as enciclopédias, os dicionários, as bibliotecas e os arquivos”. Tratam-se de instituições que recebem diversas pessoas e que promovem uma interação entre as mesmas e delas com o ambiente. Desse modo, podemos afirmar que são espaços que devem estar preparados para receber qualquer pessoa, portadora de algum tipo de deficiência ou não, possibilitando que as mesmas utilizem o espaço de todas as maneiras possíveis.

Segundo o decreto 5.296 de 2004, “acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Acessibilidade é um aspecto que sempre deve estar presente na concepção e execução de projetos arquitetônicos. Trata-se de oferecer condições de utilização às pessoas portadoras de deficiência dos espaços públicos ou coletivos e de qualquer outro equipamento necessário. A acessibilidade fornecida aos deficientes é regida por lei.

De acordo com o Censo do IBGE divulgado em 2010, cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Essa porcentagem corresponde a 45,6 milhões de pessoas, sendo que a maior parte delas têm deficiência visual, 35 milhões para ser mais exato. A deficiência visual nada mais é do que o comprometimento parcial (de 40 a 60%) ou total da visão. Geralmente, pessoas com esse tipo de deficiência encontram dificuldades em exercer a atividade típica de um museu: a observação da arte. É válido ressaltar que deficientes visuais podem interagir com o ambiente através de seus outros sentidos, principalmente tato, audição e olfato. Desse modo, constata-se a necessidade da



elaboração e aplicação de métodos que incluam esse público nas atividades realizadas nos museus e que os incentive a visitar e a apropriar-se desse local. Muitas vezes a acessibilidade é pensada somente para pessoas em cadeira de rodas com a construção de rampas, por exemplo. Porém, é interessante que a acessibilidade em museus tenha atenção especial para pessoas com deficiência visual, permitindo que as mesmas explorem a arte exposta de acordo com as suas condições.

2.2 Acessibilidade para deficientes visuais em museus do Brasil

No caso do público com deficiência visual completa ou com visão subnormal, a comunicação nesses museus é geralmente realizada facilitando-se a acessibilidade física aos objetos por meio do tato, com a elaboração de modelos tridimensionais relacionados às temáticas de cada instituição (como réplicas de animais e plantas, representação de processos de metamorfose de insetos ou aparatos experimentais interativos). Essa elaboração pauta-se na ideia de que, fatores pessoais e características físicas do objeto possam facilitar ou dificultar a identificação tátil (MILLAR, 1997).

Desta forma, a caracterização dos museus deste século qualifica-o como um espaço cultural para um público cada vez mais heterogêneo e exigente. Não basta assim a acumulação de história e tempo, tem de ser ativo na busca e satisfação das necessidades de seus usuários (Cardoso, 2013)

Com o objetivo de favorecer sua comunicação com o público composto por deficientes visuais, educadores de espaços museais têm procurado promover o uso de outras modalidades sensoriais, fundamentalmente a audição.

Falas presenciais ou gravações em áudio desenvolvidas pelos setores educativos destas instituições vêm sendo utilizadas por pessoas cegas e com baixa visão para acessar diferentes ambientes culturais que, como aponta (Consuegra Cano, 2002), poderiam lhes ser inoperantes sem esse recurso. Nesse sentido, por meio da percepção auditiva, uma pessoa com deficiência visual poderia formar uma imagem mental, principalmente se esse estímulo atingir também aspectos emocionais (HERNANDEZ SANZ, 1993). Porém, a descrição verbal de um objeto terá maior eficiência se estiver acompanhada da percepção através do tato, permitindo melhores reconhecimento, associação e discriminação em posteriores experiências (MILLAR, 1997).

É sob esta perspectiva, em relação ao uso conjugado do tato e da audição, que os setores educativos museais têm construído sua ação educativa voltada para cegos e pessoas com baixa visão. A elaboração de aparatos e objetos tridimensionais acompanhados por áudio-guias, embora ainda incipiente, tem aparecido cada vez mais entre os projetos comunicativos e educacionais dos museus de ciências (Bizerra, 2012).

Cabe então indagarmos como esse material vem sendo compreendido pelos diferentes públicos dos museus, principalmente aquele a qual foi direcionado, e como se dá o processo de significação desses materiais. Como sugere (Vygotski, 1997), é necessário superarmos a redução da pessoa com cegueira à falta de visão. Ao refletir sobre o desenvolvimento psicológico na presença da cegueira, Vygotski defende que as funções psicológicas superiores assumem, ao longo do processo, papéis diferentes dos desenvolvidos nos videntes, embora as leis que regem esse processo sejam as mesmas. Ao agirmos sobre o mundo, individual ou coletivamente, direcionamos nossa atividade a algo. Há objetos com os quais interagimos e é a atividade que medeia essa interação (BANNON, 1997). O uso de instrumentos nessa interação confere uma qualidade produtora à ação humana, capaz de transformar, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto. A atividade humana é, portanto, considerada como social, instrumental e transformadora do real (PINO, 2005).



2.3 Acessibilidade para deficientes visuais em museus de Fortaleza

Em Fortaleza, os espaços culturais, museus e galerias de arte tem considerado a acessibilidade nesses ambientes através de algumas medidas. Há alguns anos, pelo menos três equipamentos da cidade realizaram intervenções em seus acervos com a finalidade de incluir pessoas com alguma limitação, seja ela física ou mental (PORTAL CEARÁ INCLUSIVO, 2013).

O primeiro deles trata-se do Museu da Cultura Cearense – MCC –, que integra o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. O espaço é voltado para a apropriação e preservação da cultura cearense. Em seu acervo estão reunidas peças cerâmicas tradicionais dos povos primitivos do Ceará. Também faz parte desse conjunto, as ferramentas e utensílios da “Civilização do Couro”. Conforme (INSITUTO DRAGÃO DO MAR, 200-), essas exposições oferecem diferentes recursos para proporcionar autonomia ao público através do Projeto Acesso, que tem por finalidade colaborar para a construção de espaços culturais e museológicos acessíveis. As exposições oferecidas pelo Museu da Cultura Cearense apresentam textos e legendas em Braille, maquetes táteis, réplicas de alguns objetos da exposição, imagens táteis, vídeos em Libras, audiodescrição das peças, cadeiras de rodas, rampas e educadores capacitados para o acompanhamento do público.

O Memorial da Assembleia Legislativa Deputado Pontes Neto – Malce – apresenta em sua exposição objetos, documentos e fotografias que relatam as mudanças ocorridas no Brasil desde a chegada dos portugueses em 1808, e a trajetória do Poder Legislativo no Ceará. O Malce, possui parte de seu acervo acessível com comunicação em Braille e em Libras, maquetes táteis e audiodescrição (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 200-).

O Museu da Imagem e do Som – MIS – é o responsável pela preservação da memória audiovisual do Estado, em seu acervo estão discos da música brasileira, fitas de áudio, cordéis, partituras e imagens de Fortaleza Antiga (SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, 2017). De acordo com (PORTAL CEARÁ INCLUSIVO, 2013) o museu disponibiliza sistema de audiodescrição, além disso, existem informações em Braille, peças em alto relevo, alguns utensílios históricos podem ser tocados e a utilização de aromas também está presente na exposição como meio para a inclusão.

Embora essas iniciativas tenham sido relevantes para inclusão de pessoas com alguma deficiência em espaços culturais, o Museu do Ceará, o principal da cidade de Fortaleza que contém em seu conjunto as mais importantes peças, artefatos e documentos da cultura e da história do Ceará, ainda não dispõe em sua estrutura equipamentos que permitam o acesso e a autonomia de pessoas com limitações física, visual ou auditiva. Além desse, outros lugares da cidade, de interesse cultural também não detém medidas voltadas para o recebimento desse público.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi iniciada com a busca de respostas referentes ao interesse de pessoas com deficiência visual em terem acesso a este tipo de instituição, em apreciarem os objetos através dos demais sentidos. Para obter estas respostas, foram realizadas pesquisas bibliográficas e de um estudo de caso realizado no Museu da Fotografia. Com o objetivo de avaliar as condições de utilização do espaço por deficientes visuais, foram realizadas visitas exploratórias e o método do passeio acompanhado.

3.1 Local da pesquisa

A edificação definida para este estudo trata-se do Museu da Fotografia de Fortaleza. O edifício passou por uma abrangente reforma. Essa reformulação, trouxe para a edificação



um novo programa, bem como acessibilidade para pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida. Entretanto, quando se considera o conceito de acessibilidade e em especial nesses tipos de espaço as pessoas que possuem deficiência visual ainda não estão inseridas no Museu da Fotografia. Uma vez que, essas pessoas também necessitam vivenciar espaços culturais, além disso, segundo o senso do IBGE de 2010 a incapacidade visual representa o maior número de ocorrências de deficiência do país. Assim, a condição para escolha desse espaço como objeto de pesquisa está associada a esses aspectos.

3.2 Visitas exploratórias

A visita ao local foi um dos métodos adotados para elaborar a caracterização do espaço. A partir da observação direcionada aos aspectos de acessibilidade, do tipo de arte em exposição e do tipo de edificação, temos a possibilidade de constatar quais os pontos positivos e negativos na edificação que possam interferir na utilização da mesma. Todos os pavimentos direcionados ao público foram observados e analisados, assim como foram fotografados os principais aspectos arquitetônicos acessíveis para posterior explanação.

3.3 Método do passeio acompanhado

O Método do passeio acompanhado trata-se de uma visita supervisionada no local do estudo de caso, onde um convidado que não possui deficiência vivencia o espaço como se tivesse algum tipo de deficiência. Nesse caso, a deficiência visual está sendo considerada. Geralmente, o convidado não deve ser conduzido por outra pessoa e nem receber algum tipo de ajuda, para que o mesmo utilize o espaço com autonomia e verifique as características de acessibilidade com mais realidade. Porém, no local em que esse estudo de caso foi realizado não há piso tátil. Desse modo, o convidado para realizar a simulação teve que ser guiado e recebeu ajuda e orientações para não esbarrar nas peças expostas e nos elementos construtivos (paredes e pilares). O convidado foi acompanhado por todo o percurso e as suas reações foram verificadas e registradas através de anotações, fotografias e relatos.

3.4 Avaliação ergonômica

A análise ergonômica foi realizada através da observação do espaço atrelada aos requisitos básicos de acessibilidade regidos por lei, norma técnica e parâmetros básicos para acessibilidade em museus. A observação levou em consideração os aspectos acessíveis para deficientes físicos, mas o deficiente visual foi o protagonista.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 Caracterização da área

A edificação definida para este estudo trata-se do Museu da Fotografia, um edifício com cerca de 2000m² de área construída. Localiza-se no bairro Varjota, em Fortaleza, Ceará. A edificação anteriormente funcionava como sede do Instituto Brasil – Estados Unidos (IBEU), e passou recentemente por uma ampla reforma que alterou o programa do edifício criando assim espaços para o Museu da Fotografia.

A edificação possui um total de cinco pavimentos, distribuídos da seguinte maneira: no subsolo está localizada toda a parte administrativa juntamente com ambientes para assistência técnica. O pavimento térreo compreende a recepção, um pequeno café integrado a uma biblioteca, banheiros sociais e uma área para exposições temporária. O primeiro e o segundo pavimento apresentam plantas equivalentes e abrigam as áreas para exposição permanente e sanitários, nesses espaços também estão inseridos jardins internos





para proporcionar uma transição entre os setores expositivos. O terceiro pavimento abriga uma sala multiuso com copa, sanitários e um espaço externo para realização de eventos. A circulação vertical do edifício se dá através de escada e elevador, para o acesso principal ao museu tem-se uma escada e uma rampa.

4.2 Relatório do método do passeio acompanhado

O passeio acompanhado teve uma duração aproximada de 40 minutos. O início do percurso sucedeu-se na calçada de acesso a edificação. Embora o piso permitisse uma adequada circulação tanto para pedestres como para pessoas em cadeiras de rodas, não foi identificado a existência de um piso tátil direcional para permitir o acesso a pessoas com deficiência visual. Em seguida a voluntária seguiu para a rampa que possibilita o acesso à entrada principal do museu. Através de observações e medições constatou-se que ela seguia os parâmetros da norma para rampas, seu corrimão era contínuo, assim a voluntária pôde chegar à entrada sem dificuldades. Posteriormente, a voluntária realizou um percurso em direção a recepção do museu. Neste trajeto não houve possibilidade de autonomia por parte da voluntária, já que não se identificou um piso direcional. Por toda a extensão do museu não foi registrado nenhum piso que pudesse guiar a voluntária. Também na recepção não se verificou disposição por parte dos funcionários da instituição para promover a inclusão da voluntária acompanhando-a por todo o decurso do museu e realizando comentários sobre as peças do acervo. Logo depois, a voluntária encaminhou-se para o espaço de exposições. Nesse ambiente como já indicado acima, não havia piso tátil, dessa forma, a voluntária somente conseguiu percorrê-lo utilizando o rodapé como referência. Logo após a realização desse percurso ela deslocou-se em direção aos sanitários. Ao aproximar-se da área de acesso aos banheiros a voluntária foi convidada a encontrar as placas com escrita em braile indicando o gênero ao qual pertence o banheiro. Nesta área, também foi averiguado banheiro para pessoas em cadeiras de rodas. Os dispositivos como: interruptores, registros e maçanetas encontravam-se de acordo com os parâmetros estabelecidos pela norma. Após percorrer esses ambientes seguiu-se para o elevador, na área externa este apresentava placa com indicação em braile, sobre o pavimento em questão. Dentro havia um painel com inscrição apropriada para permitir o acesso aos outros níveis da edificação. No último pavimento foi sucedido o decurso final do passeio. Nesse ambiente encontram-se o terraço e a sala multiuso, a circulação de acesso é ampla e permite um bom deslocamento, porém a ausência de piso tátil, como já citada, gerou dificuldades para a voluntária. Para chegar ao terraço existe uma pequena rampa com inclinação adequada, solução encontrada para vencer o desnível e que permite facilmente o caminhar. Posteriormente a efetuação da vivência, a voluntária foi dirigida até a recepção do museu para que pudesse fazer uma avaliação acerca de sua percepção do local. Ela descreveu que havia a todo momento uma sensação de insegurança, e não se sentiu inserida no ambiente. Também destacou que a ausência de piso tátil bem como a falta de auxílio de algum funcionário do museu foram fatores limitadores. Ainda assim, a voluntária pôde apontar aspectos positivos no local como a exemplo do corrimão da rampa de acesso e as inscrições em braile nos banheiros e no elevador.

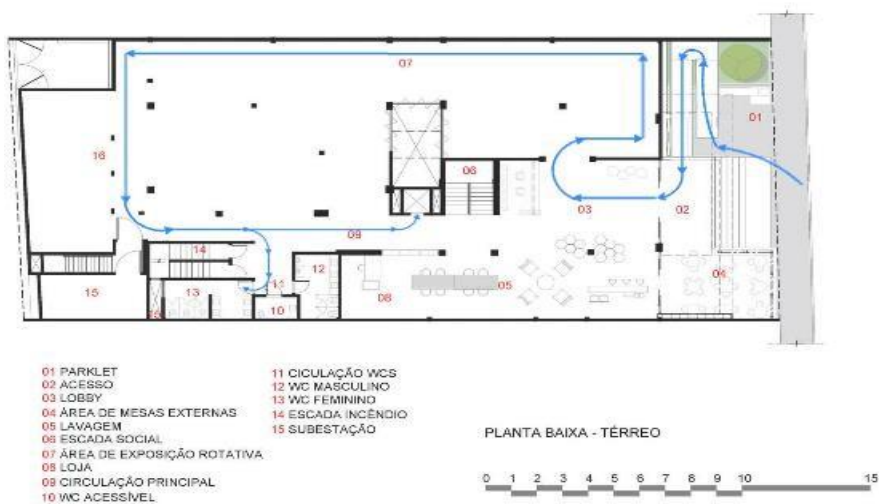
Figura 1- Mapa de percursos do passeio acompanhado – pavimento térreo.





Fonte: Archdaily (edição dos autores), 2017

Figura 2 – Mapa de percursos do passeio acompanhado – 5º pavimento.



Fonte: Archdaily (edição dos autores), 2017



4.3 Avaliação técnica

Foi estabelecido que o percurso seguiria a ordem indicada pelos próprios funcionários do museu, ou seja, sempre no sentido anti-horário e, posteriormente, subindo ao próximo pavimento. Ao percorrer a trajetória, seriam avaliados e listados os pontos positivos e negativos do local, tais como: as locações dos mobiliários e as ferramentas de acessibilidade disponíveis para dar autonomia ao usuário.

Tabela 1 – Acessos e vãos principais.



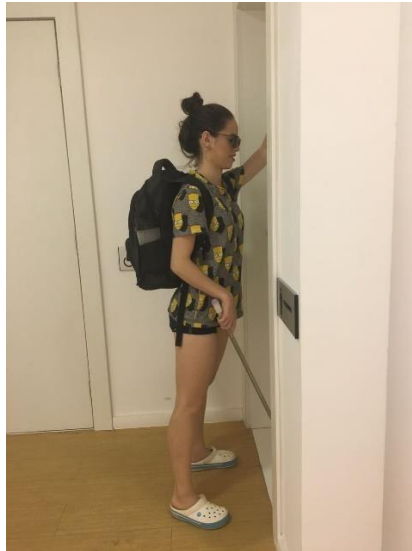
<p>Avaliação Técnica da entrada dos vãos principais.</p> <p>Objetivo: entrar e fazer o percurso principal das visitas do museu e exercê-lo com autonomia.</p>	
	
<p>Pontos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de rampa com corrimão contínuo. - Portas largas e sem batentes. - Vãos livres e pouco mobiliário, diminuindo as impedâncias. - Presença de rodapé que auxiliou, apesar de não suprir a necessidade de piso tátil, na autonomia do deficiente no percurso. <p>Pontos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de piso tátil. - Ausência de equipamentos que têm a capacidade de incluir deficientes visuais. - Falta de assistência por parte dos funcionários do local, que em nenhum momento ofereceram ajuda. - Existência de alguns fatores de impedância, como pilares expostos junto aos rodapés, que impediam a continuidade. 	

Tabela 2 – Avaliação dos banheiros do museu.



Avaliação Técnica dos banheiros.

Objetivo: entrar e fazer o uso do banheiro com autonomia.



Pontos positivos:

- Existência da linguagem em braile e na altura correta.
- Maçaneta adequada e na devida altura.

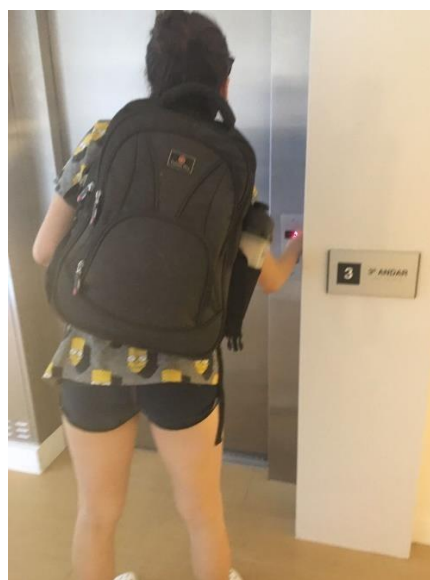
Pontos negativos:

- Dificuldade de uso por falta de piso ou rodapé.

Tabela 3 – Elevador

Avaliação Técnica do elevador.

Objetivo: localizar, entrar e fazer o uso do elevador com autonomia.



**Pontos positivos:**

- Existência da linguagem em braile e na altura correta.
- Botão de acionamento adequado e na devida altura.
- Botões internos sem dificuldade de manuseio.

Pontos negativos:

- Dificuldade para localizar, devido à falta de sinalização e piso tátil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem vários aspectos que devem ser levados em consideração ao se projetar um espaço, como o clima local, a função da edificação, os desejos do cliente e, principalmente, as necessidades dos futuros usuários. Nesse contexto está incluída a acessibilidade, que é a possibilidade de utilização com autonomia de espaços urbanos e equipamentos.

O museu é um local que abriga atividades direcionadas para diversos públicos, logo deve estar preparado para receber qualquer tipo de espectador. É preciso oferecer facilidade de acesso para que as pessoas se sintam seguras em utilizar esse espaço. Há alguns casos de museus que, independentemente do tipo de obra que abrigam, dispõem em sua estrutura aspectos e serviços que oferecem acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Nesses locais, o deficiente visual é tratado com atenção especial no sentido de ter à sua disposição atividades e elementos que lhes permitem vivenciar o espaço da melhor maneira possível. Em muitos casos, outros sentidos humanos são explorados (audição, olfato e tato) através de objetos tridimensionais, áudios explicativos e aromas, por exemplo.

Portanto, é válido afirmar que já existe uma preocupação dos museus em oferecer facilidade de acesso aos seus espectadores com deficiência visual. Porém, ainda há muito a ser feito. É preciso explorar mais os outros sentidos humanos, pois através da utilização deles, principalmente juntos, as pessoas com deficiência visual podem utilizar a imaginação através das sensações que lhes são proporcionadas. Desse modo, almeja-se que estudos como esse contribuam de forma positiva para a construção de espaços acessíveis para todos e a inclusão de todos os tipos de espectadores aos museus.

6. REFERÊNCIAS

ARCHDAILY (Brasil). Archdaily (Org.). **Museu da Fotografia de Fortaleza**. 2017. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/874963/museu-da-fotografia-de-fortaleza-marcus-novais-arquitetura>>. Acesso em: 09 set. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (Fortaleza). **Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto** (Org.). Memorial (MALCE): Memorial (MALCE). 200-. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/memorial-malce>>. Acesso em: 04 set. 2017.

CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA (Fortaleza). **Instituto Dragão do Mar (Org.). Museu da Cultura Cearense: Projeto Acesso**. 200-. Disponível em: <<http://www.dragaodomar.org.br/espacos.php?pg=mcc>>. Acesso em: 03 set. 2017.

PORTAL CEARÁ INCLUSIVO (Fortaleza). **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social**. Em Fortaleza, três iniciativas acessíveis. 2013. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/index.php/noticias/44449emfortalezatresiniciativasacessiveis>>. Acesso em: 04 set. 2017.





REDALYC (Org.) **Conversas de aprendizagem em museus de ciências**: como os deficientes visuais interpretam os materiais educativos do museu de microbiologia? Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3131/313127404005/>>. Acesso em: 08 set. 2017.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (Fortaleza). Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Org.). **Programação Museu da Imagem e do Som: Museu da Imagem e do Som**. 2017. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/programacao/museu-da-imagem-e-do-som>>. Acesso em: 04 set. 2017.

